

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE CONTABILIDADE PÚBLICA NO ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA – EnAPG E NA REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – RAP, NO PERÍODO DE 2004 A 2009.

RESUMO

Alguns pesquisadores vêm intensificando estudos em que buscam analisar como estão sendo desenvolvidas e difundidas as pesquisas científicas em contabilidade, resultando nos chamados estudos bibliométricos. Destaca-se que grande parte desses estudos bibliométricos da área contábil, se referem à contabilidade privada. Nesse contexto, o objetivo geral dessa pesquisa é verificar como está caracterizada a produção científica sobre Contabilidade Pública no EnAPG e na RAP no período de 2004 a 2009. Em relação aos procedimentos metodológicos, quanto aos objetivos classifica-se como uma pesquisa descritiva, em relação aos procedimentos metodológicos como uma pesquisa documental e quanto à tipologia de abordagem do problema como uma pesquisa qualitativa. Este estudo utilizou-se da bibliometria para correlacionar os dados averiguados, portanto, é também uma pesquisa bibliométrica. A população é composta pelos artigos publicados nos anais do EnAPG e na RAP, no período de 2004 a 2009, e para definição da amostra, empregou-se a técnica de amostragem não-probabilística intencional. Quanto ao tratamento dos dados utilizou-se a técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin. Percebe-se que a produção científica sobre Contabilidade Pública no EnAPG e na RAP, no período de 2004 a 2009, apresenta mais pesquisas de caráter empírico do que teórico, o tema predominante nos artigos é o controle e transparência das contas públicas, a maioria das pesquisas são elaboradas por dois estudiosos e grande parte dos autores advém da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília.

Palavras-chave: Contabilidade Pública. Bibliometria. Produção Científica

1. INTRODUÇÃO

A produção científica se caracteriza como um dos mecanismos que auxiliam a sociedade na consolidação do conhecimento sobre determinado tema. Para tornar possível o acesso a essas produções, cabe ao pesquisador buscar possibilidades para difundir seus achados aos demais pesquisadores e interessados no assunto.

As estruturas formais para divulgação das produções científicas resumem-se em: teses, dissertações, monografias, livros, artigos de periódicos, resenhas, *papers*, seminários, entre outros. (LONGARAY e BEUREN, 2009) Ademais, muitas produções científicas são disseminadas mediante apresentação do estudo, pelo próprio pesquisador, em congressos e encontros científicos. Segundo Borba e Murcia (2006), o caminho natural da produção científica é a submissão seguida da publicação e posterior apresentação em eventos científicos, já que as contribuições em virtudes de críticas feitas por outros pesquisadores são adaptadas no estudo e novamente o autor submete o artigo para publicação final, ou seja, em periódicos ou capítulos de livros.

Em se tratando das produções científicas da área contábil, Theóphilo e Iudícibus (2005) destacam o aumento das pesquisas em contabilidade nos últimos tempos. Corroborando, Leite Filho (2006) observa a expansão da ciência contábil nos últimos anos

devido às diversas mudanças econômicas e sociais, além da ampliação dos programas de Pós-Graduação em Contabilidade, fato que culmina para o crescimento de pesquisas contábeis.

Diante desse prisma, alguns pesquisadores vêm intensificando estudos em que buscam analisar como estão sendo desenvolvidas e difundidas essas pesquisas científicas de contabilidade, resultando nos chamados estudos bibliométricos. Algumas produções científicas dessa natureza foram desenvolvidas por Cardoso, Pereira e Guerreiro (2004); Silva, Oliveira e Ribeiro Filho (2005); Beuren, Schindwein e Pasqual (2007); Santos e Ensslin (2007); Diehl e Souza (2008); e Mendonça Neto, Riccio e Sakata (2009). Os autores procuraram mapear as produções científicas publicadas e apresentadas em periódicos e congressos científicos, contribuindo para construção de um panorama geral das pesquisas em contabilidade.

Destaca-se que grande parte desses estudos bibliométricos da área contábil, se referem à contabilidade privada. Portanto, emerge desta lacuna, o problema que norteia esse estudo: Como está caracterizada a produção científica sobre Contabilidade Pública no Encontro de Administração Pública e Governança – EnAPG e na Revista de Administração Pública – RAP, no período de 2004 a 2009?

Com base nesse problema, o objetivo geral dessa pesquisa é verificar como está caracterizada a produção científica sobre Contabilidade Pública no EnAPG e na RAP no período de 2004 a 2009. Para isso, traçaram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar as pesquisas teóricas e empíricas;
- b) Identificar as subáreas temáticas pesquisadas;
- c) Identificar a quantidade de autores por artigo;
- d) Identificar os autores: quantidade de artigos publicados, universidades;
- e) Identificar o tipo de referências; e
- f) Identificar os principais autores citados.

A realização dessa pesquisa se justifica pelo imperativo de averiguar as contribuições científicas atinentes a área da Contabilidade Pública, possibilitando a avaliação e a reflexão em torno desses estudos. Além disso, torna-se relevante este estudo, perante a escassez de pesquisas bibliométricas que abranjam essa área do conhecimento e a importância desse ramo da ciência contábil, para a sociedade, uma vez que ela se relaciona com o controle e a gestão dos recursos públicos.

Desse modo, busca-se contribuir não só para a evolução da contabilidade aplicada ao setor público, mas também como auxílio aos pesquisadores da área em suas futuras pesquisas, visto que se ambiciona proporcionar um quadro geral das produções científicas sobre Contabilidade Pública nos últimos tempos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Torna-se necessário explanar alguns tópicos relevantes da Contabilidade Pública, a fim de buscar a cientificidade da pesquisa e melhor elucidar este estudo. Esta seção abordará os seguintes itens: Definições e Objetivos da Contabilidade Pública, além de um breve histórico da evolução no Brasil da mesma.

2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA: DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Também conhecida como contabilidade governamental, a Contabilidade Pública, conforme Silva (2003) está inserida no campo da ciência contábil, podendo ser percebida como uma ramificação desta. Para Kohama (2006, p.25), essa seção da contabilidade é extremamente complexa, uma vez que “estuda, orienta controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública, o patrimônio público e suas variações.”

Dessa forma, a Contabilidade Pública é um grande utensílio de registro, análise e controle dos procedimentos ocorridos na administração pública. Corroborando a essa ideia, Araújo, Arruda e Barreto (2009) comentam que a contabilidade aplicada ao setor público está direcionada ao registro, controle e demonstração de todos os fatos mensuráveis em moeda que atingem o patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios, das autarquias e das fundações.

De acordo com Lima e Castro (2000, p.16), a Contabilidade Pública tem por finalidade “aplicar os conceitos, Princípios e Normas Contábeis na gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Pública”. O autor também salienta a relevância deste ramo da contabilidade à sociedade, quando comenta que esta oferta de modo transparente e acessível, o conhecimento vasto sobre a gestão da coisa pública.

Para Bezerra Filho (2006, p.132) o objetivo da contabilidade governamental aplicada à administração pública,

é o de fornecer informações atualizadas e exatas, à administração, para subsidiar as decisões dos gestores; aos órgãos de controle interno e externo, para o cumprimento da legislação; e às instituições governamentais e particulares, para fins estatísticos ou de interesse dessas instituições.

Entende-se que a Contabilidade Pública se traduz em um sistema gerador de informações, para controle e avaliação das ações governamentais, tanto pelo gestor público quanto pelos cidadãos. Portanto, percebe-se que ela executa um papel essencial para a sociedade, pois demonstram de que forma os recursos arrecadados estão sendo investidos e aplicados e para os administradores públicos, por meio do fornecimento de subsídios que auxiliam em suas tomadas de decisões.

2.2 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL

A história da Contabilidade Pública no Brasil teve início em 1808 com a vinda da família real portuguesa, que buscava refugio, devido ao conhecido bloqueio continental atribuído por Napoleão Bonaparte. No dia 28 de junho de 1808, Dom João VI, por intermédio de uma alvará com força de lei, referendado a Dom Fernando José de Portugal, à época, ministro e secretário dos negócios do Brasil e da Fazenda, criou o Erário Régio e instituiu o Conselho da Fazenda, na qual orientava a administração real, assim como o estabelecimento de normas reguladoras da escrituração da contabilidade desse erário. (ARAÚJO e ARRUDA, 2009)

Em 1889, com a proclamação da República, houve a necessidade de maior controle das coisas públicas. Desse modo, em 1922, foi aprovado no Brasil, o Código de Contabilidade da União e após, em 1940, por meio do Decreto-Lei nº 2.416, de 17 de julho, foi regulamentada um modelo padrão de elaboração e de execução dos orçamentos e balanços dos Estados e Municípios. Sendo estes substituídos posteriormente, em 1964, pela Lei nº 4.320, de 17 de março, que vigora até os dias atuais. (SLOMSKI, 2008; GIACOMONI, 2009)

Portanto, as regras da Contabilidade Pública no Brasil são definidas, atualmente, principalmente, pela Lei nº 4.320/64, que delibera as normas gerais de direito financeiro para

elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. O artigo 83º da referida lei, determina que “a contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confados.”

No ano de 1967, foi expedido o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro, que tratou da organização da Administração Federal. Este instituiu nos ministérios e órgãos da Presidência da República, a Inspetoria Geral de Finanças, com a finalidade de zelar pela administração financeira, pela contabilidade e, também, pela auditoria dessas instituições governamentais. Assim como a Lei nº 4.320/64, o Decreto-Lei nº 200/67, encontra-se em vigor na atualidade. (ARAÚJO, ARRUDA e BARRETO, 2009)

Além desses, argumentam Piscitelli e Timbó (2010), que outro fato marcante na história da contabilidade governamental foi o advento da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Essa estabelece normas de finanças públicas em prol da responsabilidade na gestão fiscal, por meio de atos em que se previnam riscos e retifiquem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Nota-se que a Contabilidade Pública brasileira vem evoluindo no decorrer dos anos, culminando para sua modernização e adequação as necessidades exigidas pelo setor público na atualidade. Em março de 2004, por meio da Portaria nº 37 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, profissionais de contabilidade vinculados a área pública, entre esses, doutores e mestres em ciências contábeis, servidores de tribunais de contas e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, compuseram o denominado, Grupo Assessor. Este grupo foi criado com a finalidade de estudar e propor normas de contabilidade aplicadas diretamente à área pública de acordo com as normas internacionais aplicadas a este setor. (ARAÚJO, ARRUDA e BARRETO, 2009)

Outro mecanismo, conforme Araújo e Arruda (2009), que veio somar à evolução da contabilidade aplicada ao setor público foi à criação do Comitê Gestor da Convergência no Brasil, pela resolução nº 1.103, de 28 de setembro de 2007 e a Resolução CFC nº. 1.111 de 29 de novembro de 2007, imposta pelo CFC, a qual aprovou o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750, de 29 de dezembro de 1993. As duas últimas resoluções ditam sobre os Princípios de Contabilidade sob a ótica do setor público.

Ademais, a Portaria nº 184 do Ministério da Fazenda, de 25 de agosto de 2008, dispõe a respeito das “diretrizes a serem observadas no setor público [...] quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”. Através desta, foi determinada a adoção de medidas para a promoção da convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP com as normas aplicadas no âmbito internacional. Comentam Araújo, Arruda e Barreto (2009), que o Grupo Assessor, formado pela Portaria do CFC 37/2004, elaborou as dez primeiras NBC T SP, adotadas em caráter compulsório a partir de janeiro de 2010, conforme as Resoluções do CPC nº 1.128 a nº 1.137, de 21 de novembro de 2008.

Numa visão geral, as NBC T SP são um instrumento que trabalha para elevar a eficácia e eficiência das Leis, tendo como fim a promoção do planejamento, da transparência e da responsabilidade da gerência fiscal. (DARÓS e PEREIRA, 2009)

Conforme Azevedo, Souza e Veiga (2009, p. 25) a construção das NBC T SP teve como finalidade:

- Dar tratamento científico aos fenômenos e transações de setor público;

- Buscar a aplicação integral dos Princípios Fundamentais de Contabilidade ao Setor Público;
- Esclarecer a diferença entre a ciência social aplicada e legislação;
- Ressaltar a necessidade de integração entre fenômenos orçamentários, financeiros, patrimoniais, econômicos e fiscais;
- Desenvolver a harmonização e uniformização consensual dos princípios contábeis e das boas práticas governamentais pelos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios);
- Construção coletiva, democrática, participativa e regionalizada com a classe contábil e suas representações;
- Valorização do profissional da contabilidade e das suas representações, no plano individual e coletivo;
- Que os aplicativos (sistemas informatizados) são ferramentas que contribuem para o aperfeiçoamento da contabilidade, do controle e da gestão pública, mas não se confundem com a contabilidade;
- Integração com os órgãos governamentais, especialmente a STN e Tribunais de Contas; e
- Alinhamento e convergência das Normas Brasileiras às Internacionais.

Nota-se que com este breve tópico a respeito da evolução da Contabilidade Pública no Brasil, que esta passou por fortes mudanças nos últimos tempos, culminando para o progresso da área pública, no que tange principalmente ao tratamento contábil. Corroborando a este pensamento, Cruz (2010) reflete a respeito do desenvolvimento da contabilidade governamental no Brasil, principalmente pelos princípios de contabilidade voltados a este setor e também a harmonização da Contabilidade Pública brasileira, às normas internacionais, salientando que estas novas concepções, não gerarão uma alteração somente na esfera contábil, mas também em toda gestão pública.

Nessa mesma linha de raciocínio, Azevedo, Souza e Veiga (2009), comentam que as dez NBC T SP ocasionam profundos impactos, tanto na escrituração contábil desse setor, quanto reflexos comportamentais entre os contadores públicos e a própria administração pública como um todo. Sendo assim, esta afeta não só o ente público, como a sociedade e geral.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Cervo e Bervian (2002, p.66), a pesquisa descritiva “registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. Além disso, os autores destacam que este tipo de pesquisa “procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características”. Dessa forma, esse estudo caracteriza-se quanto aos objetivos, como uma pesquisa descritiva, uma vez que tem a pretensão de verificar como está caracterizada a produção científica sobre Contabilidade Pública.

Em relação aos procedimentos metodológicos, Raupp e Beuren (2009, p. 83) salientam que “na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados”. Sendo assim, quanto aos procedimentos, este artigo, enquadra-se como uma pesquisa documental, já que as bases de dados averiguadas são de produções científicas, já publicadas e são estes que norteiam esse estudo. Complementando, conforme foi definido por Ferrari (1982, p. 224), a “pesquisa documental tem por finalidade reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero dos diferentes domínios da atividade humana.”

Além disso, essa pesquisa utiliza-se da bibliometria para correlacionar os dados averiguados, portanto, é também uma pesquisa bibliométrica. Segundo Otlet e Fonseca (1986), a bibliometria se constitui num conjunto coordenado, de medidas relativas a livros e

documentos, onde a mensuração de dados é um mecanismo superior de abordagem em qualquer área do conhecimento.

De acordo com Araújo (2006, p. 18-19), a bibliometria, entre suas variadas funções, permite, por meio da análise das citações encontradas em publicações científicas:

a identificação e descrição de uma série de padrões na produção do conhecimento científico. Com os dados retirados das citações pode-se descobrir: autores mais citados, autores mais produtivos, elite de pesquisa, frente de pesquisa, fator de impacto dos autores, procedência geográfica e/ou institucional dos autores mais influentes em um determinado campo de pesquisa; tipo de documento mais utilizado, idade média da literatura utilizada, obsolescência da literatura, procedência geográfica e/ou institucional da bibliografia utilizada; periódicos mais citados, “core” de periódicos que compõem um campo.

A pesquisa bibliométrica tem como um dos benefícios de sua utilização, a padronização de procedimentos que promovem a medição dos dados pesquisados, traduzindo as informações relevantes camufladas em pesquisas científicas, que serviram de auxílio a outros estudos. Por este motivo, o estudo buscou auxílio da bibliometria, visto que seus objetivos específicos são: identificar as pesquisas teóricas e empíricas; identificar as subáreas temáticas pesquisadas; identificar a quantidade de autores por artigo; identificar os autores: quantidade de artigos publicados, universidades; identificar o tipo de referências; e identificar os principais autores citados.

A tipologia desse artigo quanto à abordagem do problema, contempla a pesquisa qualitativa, uma vez que se busca interpretar o fenômeno que se observa, ou seja, analisar os estudos que discorram sobre Contabilidade Pública. Na visão de Richardson (1999, p. 90), esse tipo de pesquisa objetiva “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.”

A população definida neste estudo tem-se os artigos publicados nos anais do EnAPG e na RAP, no período de 2004 a 2009. O acesso aos artigos publicados nos anais do EnAPG foram analisados por intermédio dos CD-ROMs. O acesso aos artigos da RAP ocorreu pelo Portal da RAP e pelo Portal Scielo Brasil, na página da RAP, tendo em vista que no Portal da RAP só constavam os periódico até a edição de julho/agosto de 2009.

Diante da população da pesquisa definida, partiu-se para a seleção da amostra do estudo. Utilizou-se para tanto, a técnica de amostragem não-probabilística intencional, ou seja, a amostra foi definida propositalmente, a fim de assegurar a representatividade dos dados. Conforme Cooper e Schindler, (2003, p. 172) a amostragem não-probabilística intencional “é a amostragem por julgamento na qual há o interesse em estudar apenas os tipos de sujeitos selecionados.”

A seleção da amostra teve o auxílio das ferramentas de busca disponíveis nos CD-ROMs dos anais do EnAPG e no *site* da RAP, exceto os anos de 2004 e 2005 da RAP, visto que não estava disponível essa opção, portanto os artigos foram selecionados, mediante análise do título e resumo e palavras-chave do artigo. As palavras da busca utilizadas para seleção da amostra foram na seguinte ordem: contabilidade, pública, público, orçamento, governamental, finanças, auditoria e fiscal. Tendo os artigos que continham essas palavras de busca, realizou-se a leitura dos estudos, para realizar uma melhor seleção das pesquisas específicas em Contabilidade Pública, para então partir-se para o estudo bibliométrico.

Dessa forma, por meio do auxílio da ferramenta *Microsoft Excel®*, versão 2007, os dados foram agrupados e tabelados. Conforme se observa a Tabela 1 abaixo, onde se exprime a relação entre a população e a amostra dessa pesquisa.

Tabela 1 – Discriminação da População e Amostra da pesquisa

Artigos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
População	167	49	197	58	228	57	756
EnAPG	107	---	145	---	177	---	429
RAP	50	49	52	58	51	57	317
Amostra	23	04	38	02	35	03	105
EnAPG	20	---	34	---	32	---	86
RAP	03	04	04	02	03	03	19

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa

Nota-se a partir da tabela 1, que o total de artigos da população estudada é de 429 artigos do EnAPG e 317 artigos da RAP, totalizando uma população de 756 artigos. Selecionou-se, então, um total de 86 artigos no EnAPG e 19 na RAP, que tratam de Contabilidade Pública, totalizando uma amostra de 105 artigos.

Salienta-se que dois artigos constavam tanto na RAP quanto no EnAPG, portanto, preservou-se a publicação mais antiga e excluiu-se a mais recente, o que levou a redução de dois artigos da RAP, que passou para 17 artigos sobre Contabilidade Pública. Dessa maneira, a base para desenvolvimento dessa pesquisa é de 103 artigos.

O tratamento dos dados do presente estudo partiu da técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977, p. 34), a qual define a análise de conteúdo como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Sendo assim, a técnica de análise de conteúdo, aplicada aos 103 artigos analisados, auxiliou na averiguação desses, culminando aos resultados dessa pesquisa.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Tendo como objetivo geral desse estudo, demonstrar como está caracterizada a produção científica sobre Contabilidade Pública no EnAPG e na RAP no período de 2004 a 2009, elaborou-se alguns objetivos específicos que serviram como base para alcançar-se o objetivo geral.

Para atender o primeiro objetivo específico dessa pesquisa de identificar, entre os artigos de Contabilidade Pública que compõem a amostra, aqueles que têm como metodologia uma abordagem de pesquisa teórica ou de pesquisa empírica, cabe salientar o que são esses dois modelos de pesquisa. Destaca-se que uma mesma pesquisa pode usufruir dos dois arquétipos de pesquisa, pois na prática, essas não são autossuficientes e acabam muitas vezes sendo mescladas em um mesmo estudo (DEMO, 2000). Porém, nesse artigo salientou-se o estilo predominante entre teórico e empírico.

As pesquisas teóricas, segundo Demo (2000, p. 20) são voltadas a “reconstruir teoria, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos”. Já as pesquisas empíricas, ainda conforme Demo (2000, p. 21), são destinadas ao tratamento da “face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural”, em resumo, se baseia na experiência e na análise dos fatos do pesquisador.

Diante desses conceitos, formulou-se a Tabela 2 abaixo, na qual apresenta o panorama dos estudos sobre Contabilidade Pública, publicados nos anais do EnAPG e na RAP, realizadas entre 2004 e 2009, quanto o tipo de pesquisa, se teórica ou empírica.

Tabela 2 – Classificação entre Pesquisas Teóricas e Pesquisas Empíricas, no período de 2004 a 2009.

Publicação	Ano de Publicação						Tipo de Pesquisa
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
EnAPG	04	00	06	00	06	00	Teórica
	16	00	28	00	26	00	Empírica
RAP	02	01	00	00	00	01	Teórica
	01	02	04	02	03	01	Empírica

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa

A partir da Tabela 2 é possível constatar que as pesquisas de caráter teórico estão presentes em menor número perante as pesquisa empíricas, ou seja, os pesquisadores têm demonstrado preferência por pesquisas de cunho empírico.

Em análise isolada entre EnAPG e RAP, relativo aos artigos publicados nos anais do EnAPG, salienta-se que não existe nenhum artigo publicado nos anos de 2005, 2007 e 2009, pois as edições deste ocorreram nos anos de 2004, 2006 e 2008. Observa-se que os artigos com abordagem empírica foram os mais utilizados pelos autores no decorrer do período da análise.

As pesquisas teóricas só foram superiores as pesquisas empíricas no ano de 2004 em publicações da RAP. Em 2009, houve um empate, foram publicados 2 artigos, sendo um de cada modalidade, ao passo de que nos outros anos as pesquisa empíricas mantiveram-se superiores.

Em relação à identificação das subáreas temáticas pesquisadas, foram divididos em subgrupos os artigos que abordaram temas de Contabilidade Pública. Dessa forma, foram selecionadas as seguintes subáreas temáticas: Tributação, Controle e Transparência, Orçamento Público, Balanços Públicos, Financiamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal e Outros assuntos relacionados à Contabilidade Pública.

Na Tabela 3, abaixo, é possível identificar o número de artigos do EnAPG e da RAP que focaram o tema Contabilidade Pública nas subáreas sugeridas nesse estudo.

Tabela 3 – Classificação dos artigos em subáreas temáticas

Subáreas Temáticas	Artigos do EnAPG	Artigos da RAP	TOTAL
Controle e Transparência	36	08	44
Orçamento Público	09	02	11
Tributação	09	02	11
Balanços Públicos	03	02	04
Financiamento Público	02	02	04
Lei de Responsabilidade Fiscal	03	01	04

Outros assuntos relacionados à Contabilidade Pública	24	01	25
--	----	----	----

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa

Nota-se que entre os artigos da amostra do EnAPG e da RAP, a predominância são daqueles que tratam de controle e transparência das contas públicas, dentre os 103 artigos da amostra, um total de 44 artigos ditam deste assunto.

Na sequência, após a subárea Controle e Transparência, vem as subáreas da Tributação e a do Orçamento Público, ambas, tanto no EnAPG quanto na RAP, tem 9 e 2 artigos, respectivamente, totalizando 11 estudos a respeito destes temas.

Salienta-se que 25 artigos, 24 do EnAPG e 1 da RAP, foram classificados como Outros assuntos relacionados à Contabilidade Pública devido ao fato de tratarem de temas variados que não se enquadravam nos previamente selecionados neste estudo.

Em se tratando de outro objetivo específico desse estudo bibliométrico, com a finalidade de demonstrar como está caracterizada a pesquisa em Contabilidade Pública, no cenário selecionado, buscou-se identificar a quantidade de autores por artigo publicado nos anais do EnAPG e na RAP. Para isso elaborou-se a Tabela 4, a seguir, a fim de ilustrar esse objetivo.

Tabela 4 – Número de autores por artigo da amostra, no período de 2004 a 2009

Publicações	Nº de autores por artigo				
	1	2	3	4	5
EnAPG	19	33	18	10	06
2004	05	10	04	00	01
2006	06	13	09	05	01
2008	08	10	05	05	04
RAP	03	08	03	02	01
2004	01	02	00	00	00
2005	00	02	00	01	00
2006	01	03	00	00	00
2007	01	00	01	00	00
2008	00	01	01	00	01
2009	00	00	01	01	00
Total	22	41	21	12	07

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa

Pode-se observar que a predominância de autores por artigo são de 2 estudiosos, tanto para o EnAPG quanto para a RAP, ou seja, os artigos de autorias por dupla estão presentes em maior número entre os artigos publicados nesses dois mecanismos de divulgação científica, que são de 103 artigos.

A segunda formação mais utilizada para realização dessas pesquisas são de 1 autor, na verificação total, 22 artigos são escritos individualmente, sendo 19 artigos de autoria individual no EnAPG e 3 artigos realizados por 1 autor publicado na RAP.

No EnAPG a autoria de artigos realizadas por 3 autores são de 18 pesquisas. Já na RAP ficam empatados a autoria por artigo no que diz respeito aqueles elaborados

individualmente e os produzidos por 3 autores, no total 3 artigos são elaborados nestas formações.

Além da relevância de buscar identificar a composição de autores por artigo analisado nesse estudo, tornou-se indispensável verificar qual a quantidade de artigos publicados por cada autor, dentro da amostra dessa pesquisa, salientando a universidade da qual advêm. Para isso, elaborou-se a Tabela 5, a seguir, na qual selecionou-se apenas os autores que contribuíram com 2 ou mais artigos.

Tabela 5 – Autores com maior número de artigo, entre a amostra analisada

Autores	Artigos	Universidade
MEDEIROS, Paulo H. R.	04	Universidade de Brasília
ARVATE, Paulo Roberto	04	Fundação Getúlio Vargas
PINHO, José Antonio G. de	03	Universidade Federal da Bahia
DUTRA, Ademar	02	Universidade do Sul de Santa Catarina
FRAGOSO, Adriana Rodrigues	02*	Universidade de Brasília; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal do Rio Grande de Norte
MARQUES, Alisson M. de F.	02	Fundação João Pinheiro
REZENDE, Amaury José	02	Universidade de São Paulo
SACRAMENTO, Ana R. Silva	02	Universidade Federal da Bahia
SOUZA, Antônio Artur de	02	Universidade Federal de Minas Gerais
PEREIRA, Carlos Alberto	02	Universidade de São Paulo
BIDERMAN, Ciro	02	Fundação Getúlio Vargas
LUCINDA, Cláudio Ribeiro de	02	Fundação Getúlio Vargas
REZENDE, Denis Alcides	02*	FAE Business School; Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Universidade de Santa Cruz do Sul
BORGES, Djalma Freire	02*	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
AVELAR, Ewerton Alex	02	Universidade Federal de Minas Gerais
SOBREIRA NETTO, Francisco	02	Universidade de São Paulo
AVELINO FILHO, George	02	Fundação Getúlio Vargas
BORBA, José Alonso	02*	Universidade Federal de Santa Catarina
RIBEIRO FILHO José F.	02*	Universidade de Brasília; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal do Rio Grande de Norte
PEREIRA, José Matias	02	Universidade de Brasília
REIS, Luciano Gomes dos	02	Universidade Estadual de Londrina; Faculdade Paranaense
CORRAR, Luiz João	02	Universidade de São Paulo; Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras
ALVES, Maria F. Colaço	02	-----
LÖBLER, Mauri Leodir	02	Universidade Federal de Santa Maria
LYRIO, Mauricio V. Leão	02	Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis
VISENTINI, Monize Sâmara	02	Universidade Federal de Santa Maria; Faculdade Palotina
VARELA, Patrícia Siqueira	02	Universidade Presbiteriana Mackenzie; Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo
CENEVIVA, Ricardo	02	Fundação do Desenvolvimento Administrativo
FONSECA, Ricardo Coelho da	02*	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ENSSLIN, Sandra Rolim	02	Universidade Federal de Santa Catarina
SILVEIRA, Suely de Fátima R.	02	Universidade Federal de Viçosa
GUIMARÃES, Tomás de A.	02	Universidade de Brasília

Autores	Artigos	Universidade
SLOMSKI, Valmor	02	Universidade de São Paulo

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa

Destaca-se que nenhum autor publicou mais de um artigo na RAP, dentro do período analisado nessa pesquisa, ou seja, todos aqueles que possuem duas ou mais publicações, ocorreram nos anais do EnAPG, exceto os salientados pelo símbolo *, no qual tiveram um artigo publicado na RAP e outro nos anais do EnAPG. Ainda cabe informar que foram considerados entre os 103 artigos analisados, somente os autores que contribuíram com duas ou mais publicações, entre a amostra e o período pesquisado.

Observa-se pela Tabela 5 que 33 autores tiveram mais de uma contribuição sobre Contabilidade Pública, no período e amostra verificada. Deste, 2 estiveram presentes em 4 artigos, o Paulo H. R. Medeiros e o Paulo Roberto Arvate, ou seja, foram os autores que mais realizaram pesquisas a respeito de assuntos ligados a Contabilidade Pública. Além disso, pode-se verificar que 1 autor participou da autoria de 3 artigos e os 30 autores restantes, fizeram-se presentes em 2 artigos.

Nota-se que dentre os 33 autores, somente 6 destes tiveram autoria tanto em artigo publicado na RAP quanto nos anais do EnAPG. Esse fato torna-se curioso, tendo em vista que o EnAPG e a RAP ditam sobre a mesma área, a da Administração Pública.

Na Tabela 5, verifica-se que os pesquisadores da Universidade de São Paulo e a Universidade de Brasília foram os que mais colaboraram com pesquisas da amostra analisada nesse estudo. Seguidamente, a Fundação Getúlio Vargas é a terceira instituição que por meio de seus pesquisadores, contribuíram com estudos científicos sobre o tema de Contabilidade Pública.

Em relação ao referencial bibliográfico, foram analisados os tipos de referências bibliográficas utilizadas entre os artigos da amostra, conforme se observa na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6 – Tipos de referências bibliográficas utilizadas, nos artigos da amostra - Período de 2004 a 2009

TIPO	RAP	% RAP	EnAPG	% EnAPG	TOTAL	TOTAL %
Artigo	120	33,05%	787	38,26%	907	37,48%
Dissertação	12	3,30%	39	1,90%	51	2,11%
Legislação	29	7,99%	71	3,45%	100	4,13%
Livro	164	45,18%	928	45,11%	1092	45,12%
Monografia	01	0,28%	14	0,68%	15	0,62%
Tese	05	1,38%	28	1,36%	33	1,36%
Texto para Discussão	05	1,38%	29	1,41%	34	1,40%
Outros	27	7,44	161	7,83%	188	7,48%
TOTAL	363	100%	2057	100%	2420	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa

Nota-se, a partir da Tabela 6, que os autores de artigos publicados nos anais do EnAPG e dos publicados na RAP, exprimem preferência de referencial bibliográfico em suas pesquisas, por meio da utilização de livros, pois foram utilizadas nos anais do EnAPG 928

referências bibliográficas desse tipo, e na RAP 164 referências. Ambas representam em torno de 45% do total de tipos de referências empregadas nos artigos.

Em segundo lugar a predileção fica por conta do uso de artigos. Nos artigos publicados nos anais do EnAPG, esse percentual fica em torno de 38%. Na RAP foram empregadas aproximadamente 33% de referências desse estilo.

Outro mecanismo bastante utilizado na elaboração das pesquisas da amostra é a legislação. Essa é utilizada em número superior a pesquisas como dissertações, teses e monografias.

Também é costumeiro o uso de texto de discussão como referencial bibliográfico. No EnAPG, o uso de textos de discussão é superior a quantidade de teses utilizadas, enquanto na RAP, o número textos de discussão são utilizados em número idêntico ao de teses.

Observa-se que além dos mecanismos habituais para utilização como referencial teórico, outras formas são bastante empregadas. A classificação em “outros”, se refere a diversos mecanismos de referencial, como apostilas, manuais, dados gerais e etc. Portanto, torna-se desnecessário mensurá-los separadamente neste estudo.

Na análise da Tabela 7 abaixo, observa-se os principais autores citados, entre os artigos da amostra. Foram classificados os 50 autores mais referenciados entre as pesquisas verificadas.

Tabela 7 – Principais autores citados, no período de 2004 a 2009

Autores	Nº de referências	Nº de referências %
ABRUCCIO, Fernando Luiz	26**	6,00%
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos	16	3,70%
VARSAÑO, Ricardo	15*	3,46%
YIN, Robert K.	15*	3,46%
CAMPOS, Anna Maria	13*	3,00%
O' DONNELL, Guillermo	13*	3,00%
KAPLAN, Robert S.	12	2,77%
PINHO, José Antonio G.	12	2,77%
PRZEWORSKI, Adam	12****	2,77%
SLOMSKI, Valmor	11**	2,54%
REZENDE, Denis Alcides	11	2,54%
ENSSLIN, Leonardo	10	2,30%
GIL, Antonio Carlos	10**	2,30%
IUDÍCIBUS, Sérgio de	10****	2,30%
LOUREIRO, Maria Rita	10***	2,30%
ARRETCHE, Marta	09*	2,07%
NORTON, David P.	09	2,07%
MAINWARING, Scott	09	2,07%
MELO, Marcus André	09***	2,07%
GIACOMONI, James	08*	1,84%
KOHAMA, Hélio	08*	1,84%
POLLITT, Christopher	08**	1,84%
HENDRIKSEN, Eldon S.	07	1,62%
BREDA, Michael F. Van	07	1,62%
VERGARA, Sylvia Constant	07	1,62%
AFONSO, José Roberto Rodrigues	07*	1,62%
AKUTSU, Luiz	07	1,62%
BUCHANAN, James M.	07	1,62%
CASTRO, Jorge Abrahão	07*	1,62%
FIGUEIREDO, Argelina C.	07*	1,62%
CAMPELLO, Carlos Alberto G.	07	1,62%
MUSGRAVE, Richard A.	06	1,39%
RUEDIGER, Marco Aurélio	06	1,39%

Autores	Nº de referências	Nº de referências %
SOUZA, Celina	06	1,39%
STIGLITIZ, Joseph	06	1,39%
AMES, Barry	06	1,39%
BOBBIO, Norberto	06*	1,39%
BROADBENT, John	06*	1,39%
CRUZ, Flávio da,	06	1,39%
ENSSLIN, Sandra Rolim	06	1,39%
DUTRA, Ademar	06	1,39%
GILES, David. E.	06	1,39%
HAIR JR, Joseph F.	06	1,39%
LAUDON, Kenneth C.	06*	1,39%
LAUDON, Jane Price	06*	1,39%
MEIRELLES, Hely Lopes	06*	1,39%
PEREIRA, Carlos Alberto	06*	1,39%
REALE, Miguel	06*****	1,39%
RUEDIGER, Marco Aurélio	06	1,39%
STIGLITIZ, Joseph E.	06	1,39%
TOTAL DE REFERÊNCIAS	433	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa.

Observa-se que o símbolo *, destacados em algumas referências, da Tabela 6 acima, diz respeito: * 1 referência na RAP; ** 2 referências na RAP; *** 3 referências na RAP; **** 4 referências na RAP; e ***** 6 referências na RAP.

Verifica-se mediante a Tabela 7, que o autor mais citado nos artigos de Contabilidade Pública, publicados nos anais do EnAPG e na RAP, no período de 2004 a 2009 foi o Fernando Luiz Abruccio. O autor teve 26 referências suas utilizadas nos artigos da amostra, sendo 2 referências na RAP, o que representa 6% do total das 433 referências.

Com 10 referências a menos, o segundo autor mais referenciado foi o Luiz Carlos Bresser Pereira, sendo todas elas em artigos publicados nos anais do EnAPG. O autor esteve presente em 3,70% das referências utilizadas.

Após, Ricardo Varsano e Robert K. Yin foram referenciados 15 vezes, sendo uma delas na RAP. O quinto autor mais referenciado foi uma mulher, a Anna Maria Campos. Destaca-se que dentre os 50 principais autores referenciados na amostra de artigos analisados, apenas 8 são mulheres.

Também percebe-se que entre os 50 principais autores citados, cada um teve pelo ou menos 6 referências, entre os 103 artigos verificados nos anais do EnAPG e na RAP. Além dessas análises, torna-se possível observar uma grande influência de autores estrangeiros entre as referências utilizadas pelos pesquisadores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa consistiu em verificar como está caracterizada a produção científica sobre Contabilidade Pública no EnAPG e na RAP, no período de 2004 a 2009. A partir deste objetivo, iniciou-se a análise de 103 artigos de Contabilidade Pública que foram publicados nesses mecanismos de divulgação científica.

A fase do estudo bibliométrico buscou identificar as pesquisas entre teóricas e empíricas; identificar as subáreas temáticas pesquisadas; identificar a quantidade de autores por artigo; identificar os autores, relacionando a quantidade de artigos publicados e as universidades desses; identificar o tipo de referências; e identificar os principais autores citados.

Na amostra de artigos publicados nos anais do EnAPG e na RAP, a análise do estudo bibliométrico, apresentou sinteticamente os seguintes resultados:

- a) os pesquisadores produzem mais artigos de caráter empírico do que teórico;
- b) existe predominância de pesquisas que tratam de controle e transparência das contas públicas, nas quais representam quase a metade de assuntos pesquisados pelos autores;
- c) os artigos elaborados por dois autores são os mais habituais;
- d) os autores que mais realizaram pesquisas a respeito de assunto ligados a Contabilidade Pública, com 4 publicações cada, foram o Paulo H. R. Medeiros e o Paulo Roberto Arvate e além disso, os pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília foram os que mais contribuíram com pesquisas da área de Contabilidade Pública;
- e) os autores demonstram preferência por referenciais bibliográficos em suas pesquisas, através da utilização de livros e em segundo lugar a predileção fica por conta do uso de artigos; e
- f) os autores mais citados foram o Fernando Luiz Abrucchio, com 26 referências, Luiz Carlos Bresser Pereira, com 16 referências e Ricardo Varsano e Robert K. Yin com 15 referências.

Mediante os resultados desse estudo, buscou-se contribuir com pesquisadores da área pública em suas futuras pesquisas, visto que se ambicionou proporcionar um quadro geral das produções científicas sobre Contabilidade Pública no Brasil. Dessa forma, para realização de pesquisas futuras, sugere-se ampliar a amostra utilizada nesse artigo, buscando outras fontes de divulgação de artigos sobre Contabilidade Pública e também se torna pertinente ampliar o período da análise estudada.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.
- ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D. G. **Contabilidade Pública: da teoria a prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETO, P. H. T. **O essencial da contabilidade pública: teoria e exercícios de concursos públicos resolvidos**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- AZEVEDO, R. R. D.; SOUZA, J. A. D.; VEIGA, C. M. F. **Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público - NBCASP: comentadas**. Blumenau: Nova Letra, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEUREN, I. M.; SCHLINDWEIN, A. C.; PASCAL, D. L. Abordagem de controladoria em trabalhos publicados no EnANPAD e no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade de 2001 a 2006. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 18, n. 45, p. 22-37, set./dez. 2007.
- BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- BORBA, J. A.; MURCIA, F. D. Oportunidades para pesquisa e publicação em contabilidade: Um estudo sobre as revistas acadêmicas de língua inglesa do portal de periódicos da CAPES. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 3, n. 1, p. 88-103, jan./jun. 2006.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.416, 17 de julho de 1940**. Estabelece a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/Ccivil/Decreto-Lei/1937-1946/Del2416.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

_____. **Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em 16 jun. 2010.

_____. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del0200.htm>>. Acesso em 16 jun. 2010.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 16 jun. 2010.

_____. **Portaria Ministério da Fazenda nº. 184, de 25 de agosto de 2008.** Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/legislacao/portarias/2008/portaria184.asp>>. Acesso em 16 jun. 2010.

CARDOSO, R. L.; PEREIRA, C. A.; GUERREIRO, R. A Produção Acadêmica em Custos no Âmbito do ENANPAD: uma Análise de 1998 a 2003. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, XXVIII, 2004, Curitiba, PR. **Anais...**, Curitiba: ENANPAD, 2004. CD-ROM.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/res_750.doc>. Acesso em 18 jun. 2010.

_____. **Portaria CFC nº. 37/2004, de março de 2004.** Brasília; CFC, 2004. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 18 jun. 2010.

_____. **Resolução CFC nº 1.103, de 28 de setembro de 2007.** Cria o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br/resnormas/rescfc1103.pdf>>. Acesso em 18 jun. 2010.

_____. **Resolução CFC nº 1.111, de 29 de novembro de 2007.** Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_principios.PDF>. Acesso em 18/ jun. 2010.

_____. **Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBC T 16, aprovadas pelas Resoluções nºs 1.128 a 1.137 em 21 de novembro de 2008.** Brasília; CFC, 2008. Disponíveis em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=116>>. Acesso em 18 jun. 2010.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração.** 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRUZ, F. **Controle Interno: Potencialidades e Adaptações diante do PCASP, das DCASP e dos cinco Manuais da STN.** In: Palestra realizada no 44º Congresso da Associação Rio-Grandense de Técnicos em Administração Fazendária Municipal – ARTAFAM. Pelotas, 2010.

DARÓS, L. L.; PEREIRA, A. D. S. Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público - NBCASP: mudanças e desafios para a contabilidade pública. In: Congresso

USP de Iniciação Científica, 6, 2009, São Paulo, SP. **Anais...**, São Paulo: USP, 2009. CD-ROM.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIEHL, C. A.; SOUZA, M. A. Publicações sobre o Custeio Baseado em Atividades (ABC) em Congressos Brasileiros de Custos no Período de 1997 a 2006. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Minas Gerais, v. 19, n. 4, p. 39-57, out./dez. 2008.

FERRARI, A. T.. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEITE FILHO, G. A. Padrões de Produtividade de Autores em Periódicos de Congressos na Área de Contabilidade no Brasil: Um Estudo Bibliométrico. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6, 2006, São Paulo, SP. **Anais...**, São Paulo: FEA/USP, 2006. CD-ROM.

LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. **Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. São Paulo: Atlas, 2000.

LONGARAY, A. A.; BEUREN, I. M. Caracterização da pesquisa em contabilidade. In: BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDONÇA NETO, O. R. D.; RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G. Dez anos de pesquisa contábil no Brasil: análise dos trabalhos apresentados nos ENANPADs de 1996 a 2005. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 62-73, jan./mar. 2009.

OTLET, P. O livro e a medida. Bibliometria. In: FONSECA, N.; F., D. **Bibliometria: teoria e prática**. São Paulo: Cultrix, 1986. p. 20-34.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RAP. **Portal da Revista de Administração Pública**. Disponível em <http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_edicoes_passadas.asp>. Acesso em 16 de junho de 2010.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 3, p. 76-97.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. C. D.; ENSSLIN, S. R. Goodwill: uma análise a partir dos artigos publicados nos principais congressos nacionais de contabilidade no período de 2000 a 2006. In: Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 1, 2007, Florianópolis, SC. **Anais...**, Florianópolis: UFSC, 2007. CD-ROM.

SCIELO. **Portal do Scielo Brasil – Página da Revista de Administração Pública**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-7612&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 16 de junho de 2010.

SILVA, A. C. B.; OLIVEIRA, E. C.; RIBEIRO FILHO, J. F. Revista Contabilidade & Finanças – USP: uma comparação entre os períodos 1989/2001 e 2001/2004. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 39, p. 20-32, set./dez. 2005.

SILVA, L. M. D. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. . São Paulo: Atlas, 2008.

THEÓPHILO, C. R.; IUDÍCIBUS, S. Uma Análise Crítico - Epistemológica da produção científica em contabilidade no Brasil. **Revista UnB Contábil**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 147-175, jul./dez. 2005.